

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura*: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, 208p.

*Aléxia Pádua Franco**

Jean-Claude Forquin é professor da UFR de Psychologie, Sociologie et Sciences de l'Education da Universidade de Rouen, na França, e desde a década de 70, tem elaborado uma série de escritos sobre educação. Seu livro *Escola e Cultura* é uma versão abreviada de sua tese de doutorado de estado em Letras e Ciências Humanas, defendida em 1987, na Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo, cujo título é *Le débat sur l'école et la culture chez les théoriciens et sociologues de l'éducation en Grande-Bretagne (1960-1985)*.

A problemática central desta obra é discutir o que a escola deve ensinar, que cultura ela deve transmitir, quais conteúdos devem fazer parte do currículo escolar. O autor preocupa-se com estas questões porque considera que o fator essencial da crise da educação, desde os anos 60, é a crise na sua função específica de transmissão cultural - os professores não têm mais certeza do que devem ensinar para seus alunos. Por isso, ele defende que a teoria da educação, além de examinar as relações entre a escola e fatores externos a ela como o contexto econômico, político-administrativo, deve deter-se mais na análise interna desta instituição social, dos conteúdos e saberes escolares.

* Professora de História da Escola de Educação Básica (ESEBA) da Universidade Federal de Uberlândia.

Esta preocupação é exposta na introdução do livro, onde Forquin mostra a relação recíproca e complexa existente entre escola e cultura. Recíproca porque, como ele afirma, “a cultura é o conteúdo substancial da educação (...), a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação (...) que a cultura se transmite e se perpetua” (p. 14). Complexa porque a escola seleciona elementos da cultura que vai transmitir (valorizando uns e esquecendo outros, conforme interesses sociais, políticos e econômicos) e os reelabora didaticamente, produzindo, assim, uma cultura escolar. Além disso, a cultura a ser transmitida pela escola, ou seja, os conhecimentos, valores, hábitos que antecedem e ultrapassam o indivíduo, está em crise, devido à tirania do novo existente na modernidade.

Nas outras partes do livro, o autor discute esta relação entre escola e cultura, revendo diferentes posições de teóricos e sociólogos da educação, elaboradas entre 1960 e 1985 na Grã-Bretanha - mostra as raízes de seus pensamentos e dialoga com eles, identificando seus limites e suas contribuições.

Na parte I, Forquin, através do resgate das idéias de três teóricos ingleses dos anos 60, analisa o debate sobre os fatores culturais da escolarização, examinando as relações entre teoria cultural e teoria educacional. Primeiramente, ele confronta duas referências essenciais e opostas deste debate: Raymond Willians e Geoffrey H. Bantock. O primeiro, seguindo as idéias modernas de democracia, defende a existência de um currículo escolar comum que permita a todos terem acesso à elementos fundamentais da tradição cultural da sociedade. O segundo, a partir de uma visão pessimista da escola comum para todos, cria um dualismo escolar - para elite, propõe uma educação mais intelectual; para as classes populares, sugere uma educação mais corporal

e emocional. Posteriormente, o autor acrescenta as idéias de Paul Hirst que propõe uma educação liberal, cuja principal meta seria o desenvolvimento da razão em todos os indivíduos, oferecendo à eles o acesso aos diferentes tipos de pensamento conceitual.

Na segunda parte do livro, são trabalhadas as idéias da nova sociologia da educação ou sociologia do currículo, desenvolvida na Grã-Bretanha no final da década de 60 e 70, cujos teóricos estão preocupados com as relações entre os conteúdos que a escola transmite e as mudanças sócio-culturais, contribuindo para a compreensão dos fatores sociais, políticos, culturais que influenciam na seleção, estruturação e transmissão dos saberes escolares.

Na parte III de *Escola e Cultura*, Forquin estuda as diferentes posições de autores ingleses da década de 70 e 80 sobre o que e como ensinar diante do pluralismo cultural, das diferenças sociais e étnicas. Confronta basicamente duas propostas distintas para a educação: uma pedagogia sectária que defende currículos específicos para cada classe social e etnia e uma pedagogia intercultural que propõe um currículo comum para as diferentes classes sociais e etnias. Diante destas propostas, o autor defende a pedagogia intercultural, baseado no fundamento do universalismo transcultural, aberto e tolerante. Isto é, ele sugere que “ a escola não pode ignorar os aspectos ‘contextuais’ da cultura (o fato de que o ensino dirige-se a tal público, em tal país, em tal época), mas ela deve sempre também se esforçar para pôr ênfase no que há de mais geral, de mais constante, de mais incontestável e, por isso mesmo, de menos ‘cultural’, no sentido sociológico do termo, nas manifestações da cultura humana” (p. 143).

Para reforçar esta sua proposta, Forquin retoma a polêmica existente nos anos 70, na Grã-Bretanha, entre os defensores do relativismo epistemológico (como os teóricos da nova sociologia

que comungam da idéia de que não há uma racionalidade e lógica universais, pois todo conhecimento só é válido para sociedades e culturas específicas) e seus críticos (filósofos da educação e outros pensadores que, apesar de reconhecer a origem histórico-social de todo conhecimento, acreditam também que, entre estes diferentes conhecimentos, há uma razão universal).

Diante desta polêmica, Forquin defende que a educação não deve caminhar na trilha do relativismo, que “*se tem conseqüências sobre o currículo (que ele torna dificilmente justificável enquanto escolhas de conteúdos de ensino) e sobre a relação pedagógica (que ele torna dificilmente aceitável enquanto relação de autoridade ‘assimétrica entre professores e alunos), compreende-se que ele objetive também privar a avaliação escolar de uma boa parte de seus fundamentos*” (p. 155). Para ele, a escola precisa trabalhar com o universalismo, pois seu caráter é normativo, ou seja, ela precisa ensinar algo que tenha valor intrínseco, além de atender as demandas sociais imediatas.

Na conclusão, são sistematizadas duas leituras válidas, mas inconciliáveis sobre a educação: a leitura pedagógica normativa que faz uma abordagem interna, fenomenológica da educação, procurando o sentido da educação em si, e a leitura sociológica que realiza uma abordagem externa, genealógica da educação, procurando entender como ela se situa no mundo, a origem histórico-social de seu valor. De acordo com o que defendeu na terceira parte de sua obra, Forquin argumenta que a seleção dos elementos da cultura humana a serem transmitidos pela escola não pode se basear na leitura sociológica, pois apesar desta seleção ser influenciada pelo contexto social e cultural, ela não pode se prender a ele, para não cair no relativismo, transmitindo saberes efêmeros.

Segundo Forquin, “a idéia essencial que parece poder ser defendida (...) é a de uma ‘oferta cultural escolar’ original (...) que de um lado não pode ser independente de uma ‘demanda cultural social’ (...), mas que, de outro lado, não pode tampouco estar completamente a reboque desta demanda. (...) A escola é um lugar específico, onde os membros das gerações jovens são reunidos (...) a fim de adquirir sistematicamente (...) disposições e competências que não são do mesmo tipo das que eles teriam podido adquirir ao acaso das circunstâncias da vida e em função de suas demandas espontâneas. (...) Aqui a herança da experiência humana é comunicada sob a forma a mais ‘universal’ possível, isto é, também a menos ‘concreta’, a menos pertinente em relação às interrogações pontuais, aleatórias ou rotineiras suscitadas pelas situações triviais da vida (p. 169)”.

Nesse sentido, este livro de Forquin muito contribui para que nós relativizemos uma das premissas mais presentes nas atuais propostas curriculares - a de que os conteúdos escolares precisam estar diretamente e até exclusivamente relacionados aos interesses e necessidades de nossos alunos.

Além disso, para muitos de nós que hoje estamos desiludidos com o papel social da escola, ele sugere uma função específica para esta instituição, ressaltando que “mesmo desencantados, mesmo desenganados, não podemos nos subtrair à continuidade das gerações e que estamos determinados a ensinar, estamos determinados a transmitir alguma coisa que valha para os que nos seguem, não porque achemos que o mundo se tornará especialmente, por isso, mais feliz, mais justo ou mais sábio, mas muito simplesmente porque o mundo continua” (p.173).

Enfim, apesar de Forquin não se preocupar com uma pedagogia que contribua para a formação de cidadãos críticos e para o

alcance da justiça social, vale a pena refletir sobre como suas colocações sobre os limites do relativismo, sobre o universalismo transcultural, sobre a preservação de elementos essenciais da cultura humana através da educação escolar, podem enriquecer os debates em torno da pedagogia crítica.